

COMPANHIA HIDROELÉTRICA SÃO PATRÍCIO - CHESP

CNPJ: 01.377.555/0001-10 – S/A – Capital Fechado Av. Presidente Vargas nº 618 – Centro 76.300-000 – Ceres/Goiás

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS - 2022

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2022

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores e Senhoras Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, muito nos honra submeter à apreciação de Vossas Senhorias, as Demonstrações Contábeis Regulatórias relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, assim como destacar os fatos que marcaram e que tiveram efeito na Companhia neste período.

2022 foi um ano de recuperação com resultados extraordinários!

Desempenho Operacional – Qualidade do Fornecimento:

O Índice de Duração Equivalente por Consumidor – DEC foi de 6,61 horas e o Índice de Frequência Equivalente por Consumidor – FEC foi 5,93. Cabe destacar que os esforços e iniciativas da Companhia voltadas para a melhoria constante dos indicadores de qualidade correspondem em 2022 ao menor nível registrado para ambos os indicadores em toda a sua história.

O índice de perdas em 2022 foi de 6,88%, também o melhor índice em sua história. Em 2022, a Chesp manteve seu plano de combate as perdas de energia com ações de prevenção e recuperação da receita, com foco na identificação de ligações clandestinas, fiscalização e manutenção de equipamentos de medição.

Desempenho Operacional - Mercado Consumidor:

A Companhia encerrou 2022 com um aumento de 1,20% no número de consumidores efetivos faturados em relação ao registrado em 2021, crescimento orgânico.

Consumidores	2021	2022	Var.%
Residencial	30.181	30.683	1,6
Comercial	3.362	3.407	1,3
Industrial	64	58	-9,4
Rural	4.672	4.599	-1,6
Poderes Públicos	469	467	-0,4
Iluminação Pública*	10	10	-
Serviço Público	66	66	-
Consumo próprio	11	11	-
Total	38.835	39.301	1,20

O fornecimento de energia na área de concessão da Companhia, conforme demonstrado na tabela a seguir, encerrou 2022 em 127.397 MWh, representando um aumento de 2,6% em comparação a 2021. Já o fornecimento aos clientes livres apresentou crescimento de 2,4% no ano, refletindo a migração de clientes do mercado cativo.

Mercado atendido	2021	2022	Var.%
Fornecimento - MWh			
Residencial	53.059	54.779	3,2
Comercial	23.656	25.055	5,9
Industrial	9.984	9.719	-2,7
Rural	22.934	22.065	-3,8
Poderes públicos	4.677	5.790	23,8
Iluminação pública	5.007	5.124	2,3
Serviço público	4.589	4.685	2,1



Consumo próprio	183	180	-1,6
Total – mercado cativo	124.089	127.397	2,6
Clientes livres	7.656	7.840	2.4

Balanço Energético – Energia requerida - MWh	2021	2022	Var.%
Venda de energia	124.089	127.397	2,66
Fornecimento	124.089	127.397	2,66
Total de energia injetada	143.588	143.483	-0,08
Perdas Rede de Distribuição (kWh) E. Consumida	13.458	9.869	-26,67
Perdas rede de distribuição %	9,37	6,88	-26,58

A Companhia continuou com a realização de ações para reduzir os níveis de inadimplência em 2022, tais como ações de comunicação junto aos consumidores (pré-aviso de corte"), envio de SMSs e disponibilização de canais digitais de pagamento.

Os processos de coleta de dados e apuração dos indicadores de continuidade individuais e coletivos da distribuição de energia elétrica, de tratamento de reclamações de consumidores de energia elétrica, de coleta de dados e apuração dos padrões de atendimento comercial e de aferição de medidores e avaliação técnica dos equipamentos de medição continuaram certificados conforme a norma da ABNT ISO 9001, versão 2015. Em 2022, a Companhia certificou, conforme a NBR ISO 9001:2015, o processo de medição, coleta de dados, apuração dos indicadores e das compensações relacionadas à tensão em regime permanente, em atendimento à REN N.º 1.000 da ANEEL.

Desempenho Financeiro – Investimentos:

Em 2022, os investimentos foram na ordem de R\$ 5,22 milhões em expansão do sistema elétrico, melhoramento de redes e outros, que contribuíram para os excelentes resultados de DEC e FEC.

Desempenho Financeiro - Resultado Líquido:

Em 2022, o lucro líquido foi de R\$ 6,01 milhões, o melhor resultado em sua história.

Desempenho Socioambiental:

Em 2022, a Chesp manteve as iniciativas de sustentabilidade e prevenção de impactos ao meio ambiente por meio da gestão de resíduos sólidos, com a destinação de todos os resíduos sólidos recicláveis, não recicláveis e perigosos, oriundos da prestação do serviço, tais como resíduos de obras, sucatas metálicas, plásticos, porcelanas, vidros, etc. para empresa especializada na destinação ambientalmente correta.

A Chesp apoiou, por meio da Lei Estadual de Incentivo à Cultura – "Lei Goyazes" (Lei nº 13.613/2000), os projetos: "SHOWS – 43ª Nacional, 28ª Estadual Festa da Melancia" da proponente Prefeitura Municipal de Uruana e "Il Dodance Mostra de Dança" do proponente Gerlan Andrade Veiga de Rialma, e, por meio da Lei que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), os Projetos: "Invenções Dramatúrgicas II - Núcleo de Dramaturgia Novo Ato", projeto de pesquisa e criação dramatúrgica de um livro com dois monólogos, uma minissérie, um roteiro de cinema dividido em três partes e uma peça de teatro; e "Dodance – Mostra Cultural de Dança", de Rialma/GO, projeto com o objetivo de produzir trabalhos de arte utilizando a dança como sua fonte de referência.

Agradecimentos:

Aos nossos acionistas, consumidores, fornecedores, agradecemos mais uma vez a confiança. Aos nossos colaboradores, agradecemos por se dedicarem imensamente a uma atividade essencial para todos - a distribuição de energia elétrica.



Em 2023, continuaremos focados na geração de valor para todos os acionistas, sempre atuando de forma sustentável, agregando valor para todos os fornecedores, comunidades onde atuamos e principalmente todos consumidores e colaboradores.

Ceres, 31 de dezembro de 2022. Ricardo de Pina Martin Diretor Presidente

BALANÇO SOCIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

1 - BASE DE CÁLCULO		2022			2021	
1.1 - Receita Líquida (RL)		73.600			76.044	
1.2 - Resultado Operacional (RO)		8.010			1.592	
1.3 - Folha de Pagamento Bruta (FPB)		7.072			6.185	
		2021	0/ 0 1		2020	0/ 0 1
WINDOWN CONTROL OF THE PROPERTY OF THE PROPERT	Valor	% Sobre	% Sobre	Valor	% Sobre	% Sobre
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS		FPB	RL		FPB	RL
2.1 - Alimentação	1.158	16,37%	1,57%	1.060	17,14%	1,39%
2.2 - Saúde	219	3,10%	0,30%	385	6,22%	0,51%
2.3 - Educação	36	0,51%	0,05%	36	0,58%	0,05%
2.4 - Participação dos Trabalhadores nos Lucros e Resultados	317	4,48%	0,43%	73	1,18%	0,10%
2.5 - Gratificação de Férias	209	2,96%	0,28%	158	2,55%	0,21%
2.6 - Outros Beneficios	219	3,10%	0,30%	111	1,79%	0,15%
	2.158	30,51%	2,93%	1.823	29,47%	2,40%
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	% sobre	RO	RL	% sobre	e RO	RL
3.1 - Tributos	28.080	350,56%	38,15%	34.035	2137,88%	44,76%
	28.080	350.56%	38.15%	34.035	2137.88%	44.76%
4 - CORPO FUNCIONAL		2022	20,1070		2021	11,12,1
4.1 - № Empregados ao Final do exercício		122			117	
4.2 - Escolaridade dos empregados:		122				
Superior com extenção universitária		37			33	
Ensino Médio		75			76	
Ensino Fundamental		6			5	
Outros		4			3	
4.3 - Faixa etária dos empregados:		4			3	
Abaixo de 30 anos		27			22	
de 30 até 45 anos		55			56	
acima de 45 anos		40			39	
4.4 - Nº Admissões durante o exercício		17			8	
4.5 - Nº de mulheres que trabalham na empresa		25			24	
% Cargos gerênciais ocupados por mulheres (total mulheres)		8,0			8,0	
% Cargos gerênciais ocupados por mulheres (total mulheres) % Cargos gerênciais ocupados por mulheres (total gerentes)		12,5			12,5	
		,			_	
4.6 - Nº de negros que trabalham na empresa		3,0			3.0	
4.7 - Aposentadoria 4.8 - Portadores de deficiência física		3			3	
4.9 - Dependentes (ir) dos empregados		126 2			140 2	
4.10-Estagiários						
4.11-Relação entre a maior e menor remuneração 4.12- Acidente de Trabalho sem afastamento		12,1 10			11,08 0	
		2			1	
4.13- Acidente de Trabalho com afastamento						
	() direção e	() todos (as)	(X) todos +	() direção	() todos (as)	(X) todos +
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram	gerências	empregados	CIPA	е	empregados	CIPA
definidos por:	3	(as)	_	gerências	(as)	
	() não se	(X) segue as	() incentiva e	() não se	(X) seque as	() incentiva
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva a à	envolve	normas da OIT	segue a OIT	envolve	normas da OIT	segue a Ol
representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	CITYOIVC	nonnao da On	ocgue a On	CITYOTYC	nomas da om	ocgue a Oi
	00 E ~	(X) direção e	(X) todos(as)	00 " ~	(X) direção e	(X) todos(as
A participação nos lucros ou resultados contempla:	(X) direção	gerências	empregados(as)	(X) direção	gerências	empregados (a
Valor adicionado total a distribuir (em reais mil):		62.054			64.366	
א מוטו מעוכוטוומעט נטנמו מ עוסנווטעוו נכווו וצמוס ווווון.		1				I
	73,37%	14,99%	6,84%	83,34%	12,79%	3,26%
Distribuição do Valor Adisionado (DVA):	governo	colaboradores	acionistas	governo	colaboradores	acionistas
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):						



BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

ATIVO

	Nota	2022	2021
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.347	9.918
Consumidores	5	9.832	12.740
Concessionarias e permissionárias	6	109	78
Depósitos judiciais e cauções	7	862	1.277
Ativos financeiros setoriais	8	3.074	11.512
Tributos compensáveis	9	1.439	1.352
Parcelamentos com orgãos públicos	10	199	292
Parcelamentos com consumidores	11	436	344
Serviços em curso	12	2.132	2.538
Outros ativos circulantes	13	1.791	1.689
Almoxarifado operacional		671	667
Despesas pagas antecipadamente	14	12	121
Total do Ativo Circulante		23.903	42.529
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Tributos compensáveis	9	1.277	898
Cauções e depósitos vinculados		5.701	5.303
Parcelamento com orgãos públicos	10	372	574
Parcelamento com consumidores	11	167	258
Adiantamento incentivos fiscais		12	12
Outros ativos não circulantes	15	1.668	1.668
Bens e direitos para uso futuro		11	1
		9.196	8.714
Imobilizado	16	84.947	66.381
Intangível		27	30
Total do Ativo Não Circulante		84.974	66.411
Total do Ativo Não Circulante		94.169	75.125
TOTAL DO ATIVO		118.072	117.654

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



PASSIVO E PATRIMÔNIO LÌQUIDO

-	Nota	2022	2021
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	17	5.894	6.721
Obrigações sociais e trabalhistas	18	1.207	582
Encargos de dívidas	10	62	9
Tributos	19	1.502	2.496
Provisão para litigios trabalhistas	10	0	0
Dividendos e juros sobre o capital próprio		719	484
Empréstimos e financiamentos	20	2.531	1.635
Obrigações estimadas com pessoal	18	686	597
Encargos setoriais	21	2.853	11.929
Passivos financeiros setoriais	22	5.502	8.003
Outros passivos circulantes		1.122	664
Total do Passivo Circulante		22.078	33.118
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	20	7.772	10.154
Provisão para lígitios fiscais	24	9.902	9.902
Outros passivos financeiros setoriais	23	1.720	1.316,14
Incentivos fiscais	25	118	118
Outros passivos não circulantes		4	5
Obrigações vinculadas a concessão do serviço público	26	16.693	17.539
Total do Passivo Não Circulante		36.209	39.034
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	27	23.381	23.381
Reservas de capital	27	7.416	7.062
Reservas de lucros	27	12.896	10.493
Reservas de reavaliação	27	16.091	4.566
Total do Patrimônio Líquido		59.785	45.502
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		118.072	117.654
As notas explicativos de administração são porte integra		onatracãos financei	roo

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIO DOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

	Nota	2022	2021
RECEITA	00	60.000	00 ==0
Fornecimento de energia elétrica	33	60.686	66.572
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição Serviços cobráveis	33	44.648 179	42.814 180
Ativos e passivos financeiros setoriais	33	(1.827)	10.642
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	33	3.124	708
Outras receitas	33	6.531	6.086
		113.341	127.002
TRIBUTOS			
ICMS		(20.015)	(28.584)
PIS		(1.429)	(966)
COFINS		(6.573)	(4.448)
ISS		(63)	(36)
Function Octobrisis Boundary HAII		(28.080)	(34.035)
Encargos Setoriais - Parcela "A"	24	(225)	(2.40)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D Programa de eficiência energética - PEE	34	(335)	(349)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	34	(10.881)	(7.245)
Taxa de fiscalização de serviços de energia	34	(110)	(108)
Outros encargos	34	-	(8.652)
		(11.662)	(16.703)
		, ,	, ,
RECEITA LÍQUIDA		73.600	76.264
Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"			
Energia elétrica comprada para revenda	35	(33.713)	(39.526)
Encargos de conexão, transmissão e distribuição	35	(8.471)	(14.341)
RRESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERÊNCIAVEIS		31.416	22.397
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"			
Pessoal e administradores		(10.946)	(9.923)
Material		(1.668)	(1.347)
Serviços de terceiros		(6.234)	(5.730)
Arrendamento e aluguéis		(32)	(25)
Seguros		(137)	(110)
Provisões		(106)	-
Ganhos (Perdas) na Alienação de Bens e Direitos		-	-
(-) Recuperação de despesas Tributos		220 (207)	236 (305)
Depreciação e amortização		(3.572)	(2.612)
Gastos diversos	36	(725)	(989)
Outras receitas operacionais	- 00	49	284
Outras despesas operacionais		(198)	(220)
		(23.555)	(20.741)
RESULTADO DA ATIVIDADE		7.860,57	1.657
Resultado Financeiro			
Despesas financeiras	38	(858)	(1.074)
Receitas financeiras	38	3.473	2.097
		2.615	1.023
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		10.476	2.679
Despesa com Impostos sobre o Lucro			
Contribuição social	31	(1.104)	(329)
Imposto de renda	31	(3.043)	(890)
Resultado antes das participações		(0.17)	/ - \
Participações	32	(317)	(73)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	_	6.012	1.388
LUCRO POR AÇÃO ORIGINADO DAS OPERAÇÕES - R\$		1,8437	0,4256
-555. SIC 1916 SICIONALE DI DI DI COLLINIQUED 114	1	1,0707	0,7200



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

	Legislação Regulatória	
	2022	2021
Atividades Operacionais	ZUZZ	2021
Recebimentos de consumidores	107.564	111.627
Recebimento uso mútuo postes	1.675	649
Recebimento CCEE/repasses CDE	7.866	4.967
Respasse Conta COVID	-	(183)
Outros ingressos	3.337	908
Pagamentos a fornecedores	(6.528)	(6.951
Pagamentos a pessoal	(11.511)	(11.023)
Pagamentos energia elétrica comprada	(40.057)	(49.097
Pagamentos outras despesas	(1.085)	(1.024)
Caixa gerado pelas operações	61.261	49.872
Juros pagos	(358)	(436)
Tributos	(31.667)	(33.619)
Taxas regulamentares	(13.301)	(9.099
Recolhimento contribuições do consumidor-CIP	(3.838)	(3.773
Fluxo de caixa antes item extraordinário	(49.164)	(46.927)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	12.098	2.945
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Compra do ativo imobilizado	(10.997)	(10.230)
Juros recebidos	0	512
Caixa Líquido consumido nas atividades de investimentos	(10.997)	(9.719)
Fluxo de Caixa das Atividades Financeiras		
Recebido por empréstimos e financiamentos	-	10.000
Aplicação financeira de longo prazo	(398)	(5.303)
Amortização de empréstimos e financiamentos	(3.900)	(827)
Dividendos/juros sobre o capital próprio	(3.374)	(1.970
Caixa líquido consumido nas atividades financeiras	(7.672)	1.900
Aumento (diminuição) Líquido na Conta Caixa	(6.571)	(4.873)
- Saldo da conta caixa no início do exercicio	9.918	14.791
- Saldo da conta caixa no fim do exercicio	3.347	9.918
Aumento (diminuição) Líquido na Conta Caixa	(6.571)	(4.873)
As notas explicativas da administração são parte integrante das demo	onstrações financeiras.	



DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

	Legislação Reg	gulatória
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2022	2021
Receitas de vendas de energia e serviços	113.341	126.782
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-106	C
Outras receitas (despesas) operacionais	-149	65
()	113.086	126.847
(-) INSUMOS		
Custo da energia comprada	-42.184	-53.867
Materiais e serviço de terceiros	-7.901	-7.077
Outros gastos operacionais	-849	-1.022
(-)Insumos adquiridos de terceiros	-50.934	-61.967
,		
(=) Valor Adicionado Bruto	62.152	64.880
(-) Depreciação e amortização	-3.572	-2.612
(=) Valor Adicionado Líquido Gerado	58.580	62.268
(=) Valor Adicionado Liquido Gerado	30.300	02.200
Receitas financeiras	3.473	2.097
(=) VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	62.054	64.366
` .	02.00	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Empregados e Administração:		
Remunerações	6.543	5.766
Encargos sociais (exceto INSS)	507	464
Auxilio alimentação	1.158	1.060
Convênio assistencial e outros benefícios	788	874
Participação nos resultados	308	70
	9.304	8.235
GOVERNOS		
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	20.015	28.584
PIS/COFINS	8.002	5.414
INSS (sobre folha de pagamento)	1.642	1.688
Imposto de renda e contribuição social	4.147	1.219
Encargos do consumidor	11.662	16.703
Outros impostos, taxas e contribuições	63	36
	45.530	53.644
Juros e variações monetárias	858	1.074
Aluguéis	32	25
Financiadores	889,78	1.100
Dividendos e participações	4.243	2.101
Lucros retidos	2.086	-713
Acionistas	6.329	1.388
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	62.054	64.366



COMPANHIA HIDROELÉTRICA SÃO PATRÍCIO - CHESP CNPJ № 01.377.555/0001-10

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - REGULATÓRIA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores em milhares de reais)

	CAPITAL	REMUNERAÇÃO	ÁGIONA	OUTRAS	RESERVA	RESERVAS	RESERVAS		
EVENTOS	SOCIAL	CAPITAL	SUBSCRIÇÃO		LEGAL	PARA	DE	LUCROS	TOTAL
		PRÓPRIO	DE AÇÕES	CAPITAL		INVESTIMENTOS			
EM 31 DE DEZEMBRO 2020	23.381	949	1.787	4.220	1.044	10.162	4.779	0	46.322
- Remuneração sobre o Capital Próprio	-	106	-	-	-	-	-	-	106
- Reservas reavaliação ajuste (VNR/VOC)	-	-	-	-	-	-	(213)	-	(213)
Distribuição de Lucros	-	-	-	-	-	-		-	-
- Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-		1.388	1.388
Destinação do Lucro:									-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	-	(2.101)	(2.101)
Reserva Legal	-	-	-	-	69	-	-	(69)	-
Reserva para Investimentos	-	-	-	-	-	(783)	-	783	-
EM 31 DE DEZEMBRO 2021	23.381	1.054	1.787	4.220	1.113	9.380	4.566	0	45.501
- Remuneração sobre o Capital Próprio	-	354	-	-	-	-	-	-	354
- Reservas reavaliação ajuste (VNR/VOC)	-	-	-	-	-	-	11.525	-	11.525
- Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-		6.012	6.012
Destinação do Lucro:									-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	-	(3.609)	(3.609)
Reserva Legal	-	-	-	-	301	-	-	(301)	-
Reserva para Investimentos						2.103		(2.103)	
EM 31 DE DEZEMBRO 2022	23.381	1.409	1.787	4.220	1.415	11.482	16.091	0	59.785

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Hidroelétrica São Patrício - CHESP é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social a prestação de serviço público de distribuição de energia elétrica. Atividade regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A sede social da Companhia está localizada na Av. Presidente Vargas, nº 618, na Cidade de Ceres, Estado de Goiás - CEP 76.300-000, Conforme determinado no Despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia, de 9 de novembro de 2015, a Companhia assinou em 9 de dezembro de 2015 o Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 44/1999-ANEEL, vencido em 7 de julho de 2015. A Companhia teve prorrogado o prazo para exploração de sua atividade por mais 30 anos, com vencimento para 7 de julho de 2045. O aditivo foi formalizado de acordo com a Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, do Decreto nº 7.805 de 14 de setembro de 2012 e do Decreto nº 8.461 de 2 de junho de 2015 que estabeleceu as condições para a prorrogação referente aos critérios operacionais e econômico-financeiros. O novo aditivo exigiu da Companhia o atendimento aos seguintes critérios: (i) eficiência com relação à qualidade do serviço prestado; (ii) eficiência com relação à gestão econômicofinanceira; (iii) racionalidade operacional e econômica; e (iv) modicidade tarifária. O alcance dos referidos indicadores será monitorado pela Agência Reguladora - ANEEL, podendo haver a abertura de processo administrativo na eventualidade de não atingimento das metas. Para o ano de 2021, foi publicado o Despacho nº 3.478 de 06/12/22 informando o cumprimento do critério de eficiência com relação à gestão econômica e financeira por parte da Companhia A área de concessão da Companhia contempla os municípios de: Carmo do Rio Verde, Ceres, Ipiranga de Goiás, Jaraguá (parte, conforme Resolução ANEEL Nº049/1999), Nova Glória, Rialma, Rianápolis, Santa Isabel, São Patrício e Uruana, todos pertencentes a micro região denominada Vale do São Patrício, no Médio Norte Goiano, e que conta com uma população de cerca de 80 mil habitantes.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outra forma e foram elaboradas de acordo com as práticas emanadas da Legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, conjugadas com a Legislação específica aplicável as Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica estabelecidas pelo Poder Concedente, representado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, consoante as principais práticas contábeis descritas na nota 3. Algumas informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e em quadros suplementares em atendimento às instruções contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Adicionalmente, a Companhia apresenta os demonstrativos contábeis com acréscimos de informações e notas explicativas que permitem uma melhor análise, corroborando, assim, com o intuito das Normas Setoriais, no que se refere à transparência e clareza das informações. As demonstrações contábeis regulatórias e societárias auditadas estarão disponíveis no site www.chesp.com.br a partir de 25 de abril de 2023.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela administração em 20/03/2023.

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa

Estão representadas pelo saldo de caixa, depósitos em banco e aplicações financeiras de curto prazo. O saldo de aplicações financeiras está demonstrado pelo valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

b) Consumidores

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e não faturado até a data do balanço, líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa — PCLD, contabilizadas com base no regime de competência, e incluem os impostos diretos de responsabilidade da Companhia.



c) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)

Constituída em montante considerado suficiente pela administração da Companhia para cobrir as possíveis perdas que possam ocorrer na realização das contas a receber (Nota 5).

d) Almoxarifado Operacional

Representam os materiais e os equipamentos em estoque (almoxarifado de manutenção e administrativo) classificados no ativo circulante, registrados ao custo médio de aquisição, não excedendo os custos de reposição ou valores de realização.

e) Receitas de Fornecimento de Energia Elétrica

Receita de venda de energia: reconhecida pelo faturamento mensal de acordo com o calendário de leitura.

Receita não faturada: correspondente a receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, é estimada e reconhecida como receita do mês em que a energia é consumida.

f) Despesas pagas antecipadamente

Estão representadas por valores relativos a prêmio de seguros.

g) Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, corrigidos monetariamente até 31/12/1995, e estão deduzidos da depreciação acumulada.

A Depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas UC - Unidades de Cadastro e Unidade de Adição e Retirada – UAR, por Ordem de Imobilização - ODI, conforme determina a Resolução Normativa ANEEL Nº 674/2015. As taxas anuais estão estabelecidas em tabela anexa a esta Resolução.

h) Redução ao Valor Recuperável

Os ativos imobilizados intangíveis de vida útil definida e diferidos têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

i) Empréstimos e Financiamentos

As obrigações desta natureza estão em moeda nacional, representadas pelo valor principal da dívida, acrescidas de juros e encargos financeiros incorridos até a data de encerramento do balanço.

j) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é provisionada considerandose como base a média proporcional do consumo do último período de medição. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento.

k) Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis. Dentre elas principalmente o registro de fornecimento de energia elétrica não faturada e respectivas contas a receber e provisão para crédito de liquidação duvidosa. As estimativas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis pelas circunstâncias.

I) Outros Direitos e Obrigações

Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.



Componente	2022	2021
Aplicações no mercado aberto	2.479	7.587
Contas bancárias à vista	375	1.670
Numerário em trânsito e caixa	496	661
Total	3.347	9.918

Contas Bancárias à Vista, Numerário em Trânsito e Caixa: as disponibilidades são avaliadas pelo custo. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez.

Aplicações no Mercado Aberto: estão apresentadas basicamente por saldos mantidos em aplicações financeiras com disponibilidade imediata, estando essa última acrescida dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

NOTA 5 - CONSUMIDORES

5.1 - Desempenho operacional

Em 31 de dezembro 2022 foram totalizadas 39.301 unidades consumidoras faturadas, número 1,20% superior ao de 2021 conforme demonstrado a seguir:

Consumidores	2021	2022	Var.%
Residencial	30.181	30.683	1,6
Comercial	3.362	3.407	1,3
Industrial	64	58	-9,4
Rural	4.672	4.599	-1,6
Poderes Públicos	469	467	-0,4
Iluminação Pública	10	10	-
Serviço Público	66	66	-
Consumo próprio	11	11	-
Total	38.835	39.301	1,2

Mercado atendido	2021	2022	Var.%
Fornecimento - MWh	124.089	127.397	2,6
Residencial	53.059	54.779	3,2
Comercial	23.656	25.055	5,9
Industrial	9.984	9.719	-2,6
Rural	22.934	22.065	-3,8
Poderes públicos	4.677	5.790	23,8
lluminação pública	5.007	5.124	2,3
Serviço público	4.589	4.685	2,1
Consumo próprio	183	180	-1,6
Total – Mercado cativo	124.089	127.397	2,6
Clientes livres	7.656	7.840	2,4

A CHESP registrou um aumento da ordem de 2,6% em seu mercado consumidor, fornecendo 127.397 MWh de energia elétrica em 2022 (124.089 MWh em 2021). A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação:

Balanço Energético – Energia requerida - MWh	2021	2022	Var.%
Venda de energia	124.089	127.397	2,66
Fornecimento	124.089	127.397	2,66
Total de energia injetada	143.588	143.483	-0,08
Perdas Rede de Distribuição (kWh) E. Consumida	13.458	9.869	-26,67
Perdas rede de distribuição %	9,37	6,88	-26,58

Consumidores - circulante

Fornecimento	2022	2021
Faturado	5.187	7.237
Não faturado	3.566	4.049



Parcelamentos a receber	842	1.023
Compensação financeira DIC/FIC/DMIC	(18)	(53)
Serviços cobráveis	21	25
Juros e multas s/faturas a receber	125	160
Outros créditos/débitos	109	299
Total	9.832	12.740

Consumidores – contas a receber

	Valo	res Corrente	es .	Renego	ciados	Total		
Classe de consumo	Vincendos	Vencidos	PCLD	A receber	PCLD	2022	2021	
Residencial	307	1.749	(95)	6	(7)	1.960	3.073	
Residencial baixa renda	20	154	-	-	-	174	176	
Industrial	442	392	-	55	-	889	1.180	
Comércio e serviços	389	587	(22)	25	(8)	971	1.435	
Rural	213	606	(4)	6	-	821	956	
Poder público	307	134	(1)	343	-	783	492	
Iluminação pública	170	22	-	-	-	192	412	
Serviço público	247	-	-	-	-	247	358	
Subtotal	2.095	3.644	(122)	435	(15)	6.037	8.082	
Fornecimento não faturado	3.566	-	-	-	-	3.566	4.049	
Serviço taxado/diversos	202	45	-	-	-	247	662	
Compensação financeira DIC/FIC/DMIC	(5)	(13)	-	-	-	(18)	(53)	
Total	5.858	3.676	(122)	435	(15)	9.832	12.740	

Os valores correntes de fornecimento faturado possuem a seguinte abertura:

Consumidor-Classe	A vencer até 60 dias	60 dias até de 91 a de 181 a acima de goci 90 dias 180 dias 360 dias 360 dias		até de 91 a de 181 a acima de gocia		de 91 a de 181 a acima de gocia 180 dias 360 dias 360 dias dos PCL		PCLD	Tot	al
	Faturado	30 dias						2022	2021	
Residencial	307	1.572	27	37	113	6	(102)	1.960	3.072	
Residencial Baixa Renda	20	147	1	1	5	-	-	174	175	
Industrial	442	53	-	-	339	55	-	889	1.180	
Comércio e serviços	389	420	5	26	136	25	(30)	971	1.435	
Rural	213	522	2	4	78	6	(4)	821	956	
Poder Público	307	73	-	2	60	343	(1)	784	493	
Iluminação Pública	170	22	-	-	-	-	-	192	412	
Serviço Público	247	-	-	-	-	-	-	247	358	
Serviço Taxado/Diversos	202	37	4	3	-	-	-	246	660	
Compensação DIC/FIC/DMIC	(5)	(11)	-	•	(2)	-	-	(18)	(50)	
Total	2.292	2.835	39	73	729	435	(137)	6.266	8.691	



a - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) foi constituída de acordo com critérios constantes do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a seguir resumida:

- . Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- . Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias;
- . Consumidores industriais, rurais, e outros, vencidos há mais de 360 dias.

A administração entende que a provisão constituída é adequada para fazer frente às prováveis perdas na realização desses créditos.

NOTA 6 - CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Componentes	2022	2021
Encargos de uso da rede elétrica	54	31
Outros créditos – reembolso gastos operacionais	55	47
Total	109	78

NOTA 7 - DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES

Componentes	2022	2021
Depósitos judiciais trabalhistas	8	-
Capitalização em custódia contrato ONS - RB	854	1.277
Total	862	1.277

NOTA 8 – ATIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

A movimentação das contas de Ativos F	Saldo		,, 50	Saldo	Valores	Valores	
Componentes	31/12/21	Adição	Amortização	31/12/22	em amortização	em constituição	Circulante
CVA - Ativa	11.098	31.124	(39.859)	2.363	1.723	640	22.363
CVA – Energia	6.247	6.800	(14.418)	(1.371)	(1.341)	(31)	(1.371)
CVA energia comprada	3.233	4.020	(6.931)	322	353	(31)	322
(-) CVA diferida COVID - energia	(3.096)	2.779	(1.377)	(1.694)	(1.694)	1	(1.694)
Compra de energia em amortização	6.110	•	(6.110)	-	ı	•	•
CVA – PROINFA	152	1.218	(773)	597	597	ı	597
CVA – PROINFA em amortização	393	•	(393)	-	ı	•	
CVA - PROINFA	(241)	1.218	(380)	597	597	-	597
CVA – Transporte energia rede básica	111	4.025	(3.128)	1.007	641	366	1.007
CVA – Energia rede básica	2.075	1.848	(2.417)	1.506	1.506	-	1.506
Rede básica em amortização	(81)	81	-	-	-	-	-
CVA Rede básica 2021/22	143	1.087	(223)	1.007	641	366	1.007
(-) CVA Diferida COVID - rede básica	(2.026)	1.008	(488)	(1.506)	(1.506)	-	(1.506)
CVA – Transporte energia rede Itaipu	76	257	(234)	99	55	44	99
CVA – Energia transporte Itaipu	74	60	(101)	33	33	•	33
Transporte Itaipu em amortização	61	-	(61)	-	1	-	•
CVA Transporte Itaipu 2021/2022/2023	11	122	(34)	99	55	44	99
(-) CVA Diferida COVID – Transp.Itaipu	(70)	75	(38)	(33)	(33)	•	(33)
CVA -Encargos serviço de sistema - ESS	2.541	3.480	(5.644)	377	19	358	377
CVA -Encargos serviço de sistema - ESS	2.541	3.480	(5.644)	377	19	358	377
CVA - CDE	42	5.151	(4.857)	336	142	194	336
CVA – CDE uso	1.402	1.283	(1.522)	1.163	1.163	-	1.163
C D E - em amortização	(104)	104	-	-	-	-	-
CVA CDE COVID 2021/22/23	129	3.371	(3.163)	337	142	194	336
(-) CVA Diferida COVID - CDE	(1.385)	394	(172)	(1.163)	(1.163)		(1.163)
Outros – desc Tusd livre e financeiros	1.929	10.193	(10.805)	1.317	1.610	(293)	1.317



Neutralidade/sobrecontração/bandeiras	(61)	2.441	(2.392)	(12)	281	(293)	(12)
Desc cons livres, financ Pis/Cofins e							
bandeira escassez hídrica	1.990	7.752	(8.413)	1.329	1.329	-	1.329
Demais Ativos Financeiros Setoriais	414	4.885	(4.588)	711	ı	711	711
CDE descontos tarifários	280	3.828	(3.594)	514	ı	514	514
Diferença mensal de receita Baixa Renda	134	1.057	(994)	197	-	197	197
Total	11.512	36.009	(44.447)	3.074	1.723	1.351	3.074

Conta-Covid, a Companhia recebeu nos meses de julho a dezembro de 2020 o montante de R\$ 5,58 milhões referente a Conta-Covid, correspondente a antecipação dos componentes financeiros relativos a CVA em constituição e Neutralidade de Encargos Setoriais. O referido montante foi contabilizado nos respectivos componentes tarifários. Os montantes recebidos da Conta-Covid estão sendo atualizados pela taxa Selic.

Na revisão tarifária de 2021 e reajuste tarifário de 2022, foi considerado como componente financeiro negativo a primeira e segunda parcelas como reversão Conta-Covid.

NOTA 9 - TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	20)22	2021	
Tributos		Não		Não
	Circulante	circulante	Circulante	circulante
ICMS s/Compras para ativo fixo a recuperar em até 48 parcelas	1.460	579	671	898
ICMS s/Demanda e Baixa renda a recuperar	449	-	449	
Imposto de renda e contribuição social	228	-	232	
Total	2.137	579	1.352	898

NOTA 10 - PARCELAMENTOS COM ORGÃOS PÚBLICOS

		2022		2021	
Orgão			Não		Não
	Amortização	Circulante	circulante	Circulante	circulante
Prefeitura Municipal de Nova Glória					
reparcelamento 2020	02/20 a 05/22	ı	-	89	-
Parcelamentos Prefeitura de Carmo do Rio					
Verde Processo 53591751620218090028	11/21 a 10/25	199	372	203	574
Total		199	372	918	292

Prefeitura de Nova Glória

- Reparcelamento autorizado pela Lei municipal nº 812 de 18 de fevereiro de 2020, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica para prédios públicos, iluminação pública e Secretária municipal de saúde vencidas no período de agosto a outubro de 2016;

Prefeitura de Carmo Rio Verde - Parcelamento 2021

- Termo de acordo firmado entre CHESP e Prefeitura, homologado através do Processo 5359175-16.2021.8.09.0028, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica vencidos no período de 2017, 2018 e saldo devedor de parcelamento de 2016;

NOTA 11 - PARCELAMENTO COM CONSUMIDORES

		2022		2021	
Tributos	Amortização	Circulante	Não	Circulante	Não
			circulante		circulante
Parcelamento processo 201502005918	07/18 a 10/23	436	166	344	258

Termo de acordo de parcelamento firmado entre CHESP e consumidor em liquidação judicial referente a faturas de energia elétrica vencidas nos meses de abril e maio de 2015, Processo 201502005918 Juízo da Primeira Vara Civil de Goiânia.



NOTA 12 - SERVIÇOS EM CURSO

Componentes	2022	2021
- Serviço Próprio	2.128	2.535
ODS Serviço Próprio	252	709
ODS Aplicação de recursos plano eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento	1.876	1.826
ODS - Serviço Terceiros	4	3
- Total	2.132	2.538

Estão representados pelos seus custos apropriados em ordens de serviços próprias ou de terceiros, cujos valores serão transferidos para o ativo imobilizado ou para custos dos serviços prestados a terceiros por ocasião do encerramento das respectivas Ordens de Serviços.

NOTA 13 – OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

Componentes	2022	2021
Adiantamento a empregados/fornecedores	86	80
Fornecedores Proinfa/adiantamento	123	149
Prefeituras Municipais	24	24
Fatura aluguel de postes	1.180	947
Alienação/Desativação em curso	22	(43)
Ativos e passivos regulatórios	56	234
Créditos vendas de veículos	257	273
Outros	43	25
Total	1.791	1.689

NOTA 14 - DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

Despesas	2022		2021	
		Não		Não
	Circulante	circulante	Circulante	circulante
Prêmios e Seguros	11	-	120	-
Fornecedores	1	-	1	-
Total	12	-	121	-

NOTA 15 – OUTROS ATIVOS NÃO CIRCULANTES

Valores a receber de acionistas pela transferência do estudo e projeto do aproveitamento de geração do rio do Peixe, denominado Columbí.

NOTA 16 – IMOBILIZADO

	2022	2021
Imobilizado em Serviço	43.543	41.460
Imobilizado em Curso	18.879	12.109
Ajuste Diferença (VNR/VOC)	22.524	12.812
Total	84.946	66.381

ATIVO IMOBILIZADO EM SERVIÇO	Taxa Média %	2022	2021
DISTRIBUIÇÃO			
- Custo Histórico	3,73%	76.492	72.242
- Ajuste Diferença (VNR/VOC)		68.054	39.413
ADMINISTRAÇÃO			
- Custo Histórico	5,21%	913	908
- Ajuste Diferença (VNR/VOC)		1.928	1.294
TOTAL DO ATIVO IMOBILIZADO EM SERVIÇO	3,75%	147.386	113.857
- Custo Histórico		77.405	73.150



- Ajuste Diferença (VNR/VOC)	69.981	40.707
(-) DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADA		
DISTRIBUIÇÃO		
- Custo Histórico	(33.171)	(31.043)
- Ajuste Diferença (VNR/VOC)	(45.774)	(26.904)
ADMINISTRAÇÃO		
- Custo Histórico	(691)	(648)
- Ajuste Diferença (VNR/VOC)	(1.683)	(990)
TOTAL DA DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(81.319)	(59.585)
- Custo Histórico	(33.862)	(31.691)
- Ajuste Diferença (VNR/VOC)	(47.457)	(27.894)
TOTAL DO ATIVO IMOBILIZADO EM SERVIÇO	66.067	54.272
IMOBILIZADO EM CURSO		
- Distribuição	18.879	12.109
TOTAL DO ATIVO IMOBILIZADO EM CURSO	18.879	12.109
TOTAL DO ATIVO IMOBILIZADO	84.946	66.381

Avaliação Patrimonial

A Companhia registrou complemento de seu ativo imobilizado, conforme, decorrente da aplicação da mensuração pelo Valor Novo de Reposição – VNR em contrapartida ao Patrimônio Líquido.

Imobilizado em Curso – **Distribuição** – refere-se essencialmente a investimentos em ampliação e reformas de redes de distribuição e subestações nos municípios atendidos pela Companhia.

As principais taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à **Resolução** nº. 674 de 11 de agosto de 2015 vigente emitida pelo Órgão Regulador, são as seguintes:

Ativo imobilizado em serviço	Taxas anuais %
Banco de capacitores	5,00 e 6,67
Chaves	3,33 e 6,67
Condutor	2,70 e 3,57
Edificação outras	3,33
Equipamento Geral	6,25
Equipamento Geral de informática	16,67
Estrutura torre	2,70
Estrutura poste	3,57
Regulador de tensão	3,45 e 4,35
Transformador de distribuição	4,00
Medidores	4,00 e 7,69
Veículos	14,29

Encargos Financeiros e Efeitos Inflacionários

Em função do disposto na Instrução Contábil - IC nº 6.3.6, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários, relativamente aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo. O mesmo procedimento foi adotado para os juros sobre o capital próprio que financiou as obras em andamento, conforme previsto na legislação específica do Serviço Público de Energia Elétrica.

Vinculação do Imobilizado

De acordo com os artigos 63 e 64, do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. Para efeitos de apresentação as demonstrações financeiras os bens vinculados estão sendo apresentados como ativos imobilizados, conforme orientação do Despacho ANEEL nº 4.097 de 30 de dezembro de 2010, que não recepcionou a aplicação do ICPC 01.



NOTA 17 - FORNECEDORES

Fornecedores	2022		2021	
		Não		Não
	Circulante	circulante	Circulante	circulante
Fornecedor de energia elétrica	3.936	-	5.237	-
Encargos de uso da rede elétrica	759	1	657	
Materiais e serviços	1.199	-	827	-
Total	5.894	-	6.721	-

NOTA 18 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Componentes	2022	2021
Folha de pagamento líquida	338	297
Tributos retidos na fonte	230	135
Participações nos lucros e resultados	634	146
Outras	4	3
Total	1.206	581

Obrigações estimadas com pessoal

Componentes	2022	2021
Provisão de férias e encargos sociais	686	597
- Total	686	597

NOTA 19 - TRIBUTOS

Impostos/Contribuições	20	022	2021		
		Não		Não	
	Circulante	circulante	Circulante	circulante	
ICMS	353	-	1.519	-	
Imposto de Renda e Contribuição Social	431	•	241	-	
INSS	156	-	177	-	
PIS/COFINS	444	-	457	-	
Outros	118	•	102	-	
Total	1.502	-	2.496	-	

NOTA 20 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

CREDORES	CREDORES		2022			2021		
Operação	Juros %	Encargos de	Pri	ncipal	Encargos de	Pri	ncipal	
Moeda Nacional	aa/am	Dividas	Circulante	Não circulante	Dividas	Circulante	Não circulante	
ITAU CAPITAL GIRO GPÓS - Contr.30064	4,799aa	55	1.928	7.042	-	1.030	8.970	
BBD/FINAME TRAFO 25MVA Contr: 6026904	4,5aa	1,3	167	98	3	167	265	
BBD/FINAME Religador Automat Contr: 6039826	4,42aa	0,4	52	22	1	52	74	
BBD/FINANC TRAFO FORÇA 10 MVA Contr. 6060995	6,15aa	0,8	66	83	2	66	149	
BBD/CCB RELIGADOR AUT TRIF: Contr.6070707	5,15aa	0,6	34	84	1	34	118	
CCB-BBD Financ.CamVW 17230- Contr:2909477187	11,17aa	0,3	55	87	-	55	143	



BBD/FINAME REGULADOR TENSÃO Contr: 6055798	11,42aa	0,9	30	32	1	30	61
Eletrobrás-Contr.ECF0321/2011	5,0aa	-	24	-	-	24	23
CCB-BBD Financ.Fiat TORO- Contr:3631543120	18,57aa	0,9	64	32	-	-	-
CCB-BBD Financ.Fiat TORO- Contr:3608667560	12,55aa	0,2	4	-	-	46	4
BBD - Contr.6094498-Religador Automático Trifásico	8,97aa	0,9	50	172	1	50	223
BBD - Contr.6094501-Regulador Tensão Aut Monof	8,97aa	0,5	28	96	-	28	124
BcoVWCDC-273690 - Saveiro ROBUST	18,72aa	0,2	29	24	-	-	-
Total		62	2.531	7.772	9	1.635	10.154

Em 31 de dezembro de 2022, os saldos das parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante da Companhia tinham os seguintes vencimentos:

Componente	2024	2025	2026	2027	2028	Após 2028	Total
Valor da amortização anual	2.202	1.778	1.572	1.384	836	-	7.772
INDEXADOR			TJLP		RGR	Outros	TOTAL
%	•		94,1		0,2	5,7	100

Operação	Aplicação	Encargos	Atualização	Período Amortização	R\$ Mil
ITAU CAPITAL GIRO GPÓS -					
Contr.30064	Linhas e Redes - Subestação	4,79% aa	TJLP	07/2022 a 07/2028	8.970
BBD/FINAME-Contr:6026904					
Trafo 25MVA	Linhas e Redes - Subestação	4,5%aa	TJLP	02//2019 a 07/2024	265
Bradesco-Contr. 6094498	Religador automático	8,97%aa	TJLP	12/2021 a 05/2027	223
Bradesco-Contr. 6094501	Regulador de tensão	8,97%aa	TJP	12/2021 a 05/2027	124
Bradesco-Contr. 6070707	Transformador de Força 10 MVA	6,15%aa	TJLP	11/2020 a 04/2025	118
Bradesco-Contr. 2909477187	Caminhão VW 17230	11,27aa	Outros	08/2020 a 07/2025	143
Bradesco-Contr. 6060995	Trafo de Força de 10MVA/SE	5,15%aa	TJLP	02/2021 a 07/2026	149

Mutações de Empréstimos e Financiamentos	Circulante	Não circulante
Saldo em 31/12/2020	561	1.303
Ingressos/Capitalizações	138	10.415
Amortização	(631)	
Transferências	1.567	(1.564)
Saldo em 31/12/2021	1.635	10.154
Ingressos/Capitalizações	847	92
Amortização	(2.425)	•
Transferências	2.474	(2.474)
Saldo em 31/12/2022	2.531	7.772

Ingressos/Capitalizações: referem-se a financiamento de veículos adquiridos em 2022 e capital de giro

NOTA 21 - ENCARGOS SETORIAIS

Encargos	2022	2021
Taxa de Fiscalização	9	9
Pesquisa e Desenvolvimento	370	244
FNDCT	25	24
MME	12	12
Recursos a aplicar	333	208
Programa de Eficiência Energética	2.409	2.192
PROCEL	102	124
Recursos a aplicar Recursos a aplicar	2.293	2.067
Bandeira Tarifária	65	9.484
Total	2.853	11.929



PEE e P&D: A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Eficiência Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa Selic, conforme as Resoluções Aneel n°. 300/2008 e 316/2008. Está registrado em 31/12/22 como serviço em curso o valor de R\$ 1.876 mil referente a aplicação de recursos de PEE e P&D cujas ordens em curso ainda não foram encerradas.

NOTA 22 – PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Componentes	Saldo 31/12/21	Adição	Amortização	Saldo 31/12/22	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante
CVA - Passiva	(151)	1.916	(1.783)	(18)	-	(18)	(18)
CVA energia	1.292	-	(1.292)	-	-	-	-
CVA energia 2021/22	1.292	-	(1.292)	-	-	-	-
CVA – PROINFA	(258)	263	(23)	(18)	-	(18)	-
CVA – Proinfa constituição	4	228	(11)	221	239	(18)	221
(-) CVA Diferida COVID - PROINFA	(262)	35	(12)	(239)	(239)	-	(239)
Encargos Serviços de Sistema - ESS	(1.259)	1.401	(142)	-	-	-	-
ESS/EER	1.284	255	(878)	661	661	-	661
ESS EER em amortização	(1.317)	-	1.317	-	-	-	-
(-) CVA Diferida COVID - ESS / EER	(1.226)	1.146	(581)	(661)	(661)	-	(661)
CVA - CDE	74	252	(326)	-	-	-	-
CDE Uso 2021/2022	74	252	(326)	-	-	-	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	8.136	4.160	(6.793)	5.503	5.503	•	5.503
Bandeira tarifária	1.504	366	(1.870)	-	-	-	
Neutralidade encargos setoriais 2021/22	82	•	(82)	-	-	ı	•
Tributos compensado 2020/21	6.547	723	(3.818)	3.452	3.452	-	3.452
Outros Financeiros RTA/2019	3		(3)	-	-	-	-
Escassez hídrica/CDE modic.elerrobrás	-	3.071	(1.020)	2.051	2.051	-	2.051
Total	7.985	6.076	(8.576)	5.485	5.503	(18)	5.485

NOTA 23 - OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

	2022	2021
Componente	Não	Não
	circulante	circulante
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos	1.720	1.316

São valores faturados de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos e que na próxima revisão tarifária contribuirão com a modicidade tarifária.

NOTA 24 – PROVISÃO PARA LITÍGIOS FISCAIS

Fiscais: PIS/COFINS - Refere-se à retenção com base em decisão liminar com mandado de segurança em Ação Judicial junto a Vara da Justiça Federal em Anápolis-GO, Processo: 1000013-59.2015.4.01.3502, cujo objeto é afastar a cobrança do PIS/COFINS sobre ICMS faturado nas contas de energia. Créditos de processo judicial transitado em julgado, já homologado pelo Despacho Decisório nº 7/2020-SAORT/DRF-ANÁPOLIS/GO, Crédito Habilitado nos termos do Despacho Decisório acima mencionado; do valor homologado pela Receita Federal de R\$ 6,744 milhões, foi considerado como componente negativo nos financeiros da revisão tarifária de 2021 o valor de R\$ -4,165 milhões, contribuindo assim para um reajuste menor de -5,94%, e no reajuste tarifário de 2022, foi considerada a integralidade dos saldos dos valores já compensados pela concessionária no valor de R\$ -3,452 milhões, contribuindo também para um reajuste menor de -4,77%;

NOTA 25 - INCENTIVOS FISCAIS

São incentivos oferecidos pelo Governo de Goiás por meio da Lei nº 13.591 de 18 de janeiro de 2000, regulamentada pelo Decreto nº 5.265 de 31 de julho de 2000. Com o objetivo específico de contribuir



para a expansão da atividade de geração de energia elétrica na PCH São Patrício. O saldo desse incentivo está assim constituído:

Componentes	2022	2021
Incentivos apurados no período de Out/11 a Set/12	98	98
Incentivos apurados no período de Out/12 a Dez/12	20	20
Saldo de Incentivos Fiscais em 31 de dezembro	118	118

A companhia recolheu, a título de antecipação do Projeto Produzir, 10% sobre o saldo financiado pelo Governo estadual. De acordo com a Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007, os valores realizados por ocasião desse tipo de incentivo, devem ser reconhecidos diretamente no resultado do exercício da Companhia.

NOTA 26 - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS

Obrigações Especiais vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica (não remuneradas)

Representam as contribuições da União, do Estado, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica anulando os efeitos no resultado contábil, conforme determina o Despacho nº 3.073/2006 e Resolução Normativa ANEEL nº 234 de 31 de dezembro de 2006. O prazo de vencimento dessas obrigações é estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de Geração, Transmissão e Distribuição, e sua quitação ocorrerá ao final da concessão.

Obrigações Especiais - R\$ Mil 31.12.22	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em serviço		27.140	-	-	27.140
Participação da União, Estados e Municípios		1.072	-	-	1.072
Participação Financeira do Consumidor		22.631	-	-	22.631
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE		-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento		-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica		3.438	-	-	3.438
Outros		_ (,	r r	-
Ultrapassagem de demanda		-	-	-	-
Excedente de reativos		-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS		- 10.634	-		10.634
Participação da União, Estados e Municípios		- 648	-		648
Participação Financeira do Consumidor		- 8.057	-		8.057
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE		-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento		-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica		- 1.928	-		1.928
Total		16.507	-	-	16.507



Obrigações	2022	2021
Em serviço	16.507	17.312
Em curso	186	227
Total	16.693	17.539

A Resolução ANEEL nº 223 de 29 de abril de 2003, que estabelece as condições gerais para elaboração do Plano de Universalização de Energia Elétrica, visando ao atendimento de novas unidades consumidoras ou aumento de carga, e regulamentando o disposto nos artigos 14 e 15 da Lei nº 10.438 de 26 de junho de 2002, atribui estas responsabilidades às concessionárias e permissionárias do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica. Tal fato já tem diminuído consideravelmente o valor da participação financeira dos consumidores acima citados.

NOTA 27 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

		2022				
Capital social	Quantidad e de ações	Valor da ação - R\$	Capital Social	Quantidad e de ações		Capital social
Ações ordinárias	3.260.982	7,17	23.381	3.260.982	7,17	23.381
Total	3.260.982	-	23.381	3.260.982	-	23.381

Em 31 de dezembro de 2022 o valor patrimonial de cada ação (PL/Quantidade de Ações) é de R\$ 18,33 (2021 – R\$ 13,95).

Reservas de Capital	2022	2021
Ágio na subscrição de ações	1.787	1.787
Remunerações sobre o capital próprio	1.409	1.054
Reserva de Incentivos Fiscais	4.220	4.220
Total	7.416	7.061

Reservas de Lucros	2022	2021
Reserva legal	1.414	1.114
Reserva para investimentos	11.482	9.379
Reservas de reavaliação	16.091	4.566
Total	28.987	15.059

A Reserva Legal foi constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observado o limite de 20% do capital social.

A Administração da companhia encaminhará proposta para transferência de R\$ mil 2.103 da conta de lucros acumulados para a conta de reserva para investimentos para fazer frente às necessidades de investimentos com recursos próprios.

NOTA 28 - CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias, a saber:



BALANÇO PATRIMONIAL			2022			2021	
CONCILIAÇÃO SOCIETÁRIA X REGULATÓRIA	Nota	Regulatório	Ajuste	Societário	Regulatório	Ajuste	Societário
ATIVO							
Ativo circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		3.347	-	3.347	9.918	-	9.918
Consumidores		9.832	-	9.832	12.740	-	12.740
Concessionarias e Permissionárias		109	-	109	78	-	78
Depositos judiciais e cauções		862		862	1.277		1.277
Ativos financeiros setoriais		3.074	-	3.074	11.512	-	11.512
Tributos compensáveis		1.439	-	1.439	1.352	-	1.352
Parcelamentos com orgãos públicos		199	-	199	292	-	292
Parcelamentos com consumidores		436		436	344	-	344
Serviços em curso		2.132	-	2.132	2.538	-	2.538
Outros ativos circulantes		1.791	-	1.791	1.689	-	1.689
Almoxarifado Operacional		671	-	671	667	-	667
Despesas Pagas antecipadamente		12	-	12	121	-	121
Total do Ativo Circulante		23.903	-	23.903	42.529	-	42.529
Ativo não circulante							
Tributos compensáveis		1.277		1.277	898		898
Cauções e depósitos vinculados		5.701		5.701	5.303	-	5.303
Parcelamento com orgãos públicos		372		372	574		574
Parcelamento com consumidores		167		167	258		258
Adiantamento incentivos fiscais		12		12	12		12
Outros ativos não circulantes		1.668		1.668	1.668		1.668
Ativos de geração em curso a receber		-		-	-		-
Bens e Direitos para uso futuro		1		1	1		1
Ativo financeiro da concessão	16	-	18.879	18.879	-	12.109	12.109
Intangível	16	-	34.462	34.462	-	31.345	31.345
Imobilizado	16	84.947 -	84.947	_	66.381 -	66.381	_
Intangível	16	27 -	27	0	30 -	30	-
Total do Ativo Não Circulante		94.169 -	31.633	62.537	75.125 -	22.957	52.168
Total do ativo		118.072 -	31.633	86.439	117.654 -	22.957	94.697
PASSIVO Passivo circulante							
Fornecedores		5.895	_	5.895	6.721	_	6.721
Obrigações sociais e trabalhistas		1.207	_	1.207	582	_	582
Encargos de dívidas		62	_	62	9	_	9
Tributos		1.502	_	1.502	2.496	_	2.496
Privisão para litígios trabalhistas		1.502	_	1.502	2.430	_	2.430
Dividendos e juros sobre o capital próprio		719	_	719	484	_	484
Empréstimos e financiamentos		2.530	_	2.530	1.635	_	1.635
Obrigações estimadas com pessoal		686	_	686	597	_	597
Encargos setoriais		2.853	_	2.853	11.929	=	11.929
· ·		5.502	-		8.003	-	8.003
Passivos regulatórios			-	5.502		-	
Outros passivos circulantes Total do passivo circulante		1.122 22.078	-	1.122 22.078	664 33.118	-	664 33.118
Passivo não circulante							
Empréstimos e financiamentos		7.772		7.772	10.154		10.154
Provisão para litigios fiscais		9.902		9.902	9.902		9.902
Passivos financeiros setoriais		1.720		1.720	1.316	_	1.316
Incentivos fiscais		1.720		11720	118		1.310
Outros Passivos Não Circulantes		4		4	5		5
Origações vinc a concessão do serviço público	26	16.693 -	16.693	-	17.539 -	17.539	_
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	20		10.030		23.381	17.000	22.204
Capital social		23.381	-	23.381			23.381
Reservas de kursas		7.416		7.416	7.062	-	7.062
Reservas de lucros	0.7	12.896	1.151	14.047	10.493 -	852 4 566	9.641
	27	16.091 -	16.091	-	4.566 -	4.566	-
Reservas de reavaliação		0F 004	24 622	64 264	04 526	22 057	64 570
Reservas de reavaliação Total do passivo não circulante		95.994 -	31.633	64.361	84.536 -	22.957	61.579

NOTA 29 - PARTES RELACIONADAS

Serviços	iços 2022		2021	
	Passivo	Faturado	Passivo	Faturado
Serviços de manutenção e conservação no sistema elétrico resultado	75	1.941	112	1.603
Serviços prestados em Ordens de Imobilizações – ODI's - investimentos	161	955	62	1.034
Serviços prestados em Ordens de Desativações – ODD's - baixas	19	110	1	133
Serviços prestados em Ordens de Serviço – ODS's - resultado	7	114	3	159
TOTAL	262	3.120	178	2.929



As transações com partes relacionadas compreendem valores pagos e a pagar à empresa Engenharia São Patrício Ltda – ENGESP, pelos serviços contratados pela Companhia e referem-se a serviços em recuperação de redes de distribuição e subestações rurais, serviços em linha viva em redes de distribuição urbanas, serviços em construções de redes de distribuição urbanas e rurais, serviços em redes de sub transmissão alta tensão – AT em 69kV, serviços de limpeza de faixa de redes rurais e poda de arvores urbanas, leitura de medidores em unidades consumidoras rurais, serviços gerais de limpeza e conservação em prédios e operação remota de subestações de distribuição, com preços e condições semelhantes ou menores do que os praticados usualmente pelo mercado, contrato anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 831 de 25 de março de 2021, assim registrados:

Passivo: refere-se a valores a pagar à ENGESP em 31 de dezembro de 2022.

Faturado: refere-se a faturamento bruto contabilizado em contas de resultado, investimentos e baixas

NOTA 30 - DIVIDENDOS/JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído à título de dividendos

Componentes	2022	2021
Lucro líquido do exercício	6.012	1.388
(-) Constituição de reserva legal	(301)	(69)
Lucro líquido ajustado	5.711	1.319
Dividendos propostos	(1.428)	(329)
(-) Dividendos intermediários	(3.609)	(2.101)

NOTA 31 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia optou pela tributação pelo Lucro Real no ano de 2022, calculando a provisão para o Imposto de Renda à alíquota de 15% sobre o Lucro Tributável, acrescido do adicional específico de 10% sobre o valor que excedeu a R\$ 240 mil. A provisão para Contribuição Social foi constituída a alíquota de 9% do Lucro Líquido ajustado antes do Imposto de Renda, conforme legislação específica da Receita Federal.

NOTA 32 - PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia reconheceu no resultado do exercício R\$ 317 mil para empregados a título de Participação nos Lucros – PL e R\$ 317 mil para diretores (PL-2021 - R\$ 73 mil e R\$ 73 mil respectivamente).

NOTA 33 - FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

FORNECIMENTO FATURADO	Nº de Consumide 31.1	ores em	MV	MWh		Receita	
CLASSE	2022	2021	2022	2021	2022	2021	
Residencial	30.683	30.181	54.779	53.059	47.535	50.992	
Industrial	58	64	9.719	9.984	9.002	9.551	
Comércio e serviços	3.407	3.362	25.055	23.656	22.157	22.350	
Rural	4.599	4.672	22.065	22.934	14.363	14.657	
Poder Público	467	469	5.790	4.677	4.969	4.367	
Iluminação Pública	10	10	5.124	5.007	2.699	2.910	
Serviço Público	66	66	4.685	4.589	3.430	3.517	
Consumo Próprio	11	11	180	183	-	-	
(=) Fornecimento faturado	39.301	38.835	127.397	124.089	104.155	108.344	
Fornecimento Não Faturado					(483)	1.066	
Fornecimento de energia elétrica	39.301	38.835	127.397	124.089	103.672	109.410	
Descontos Tarifários e Equilíbrio da Redução Tarifária – aportes CDE					3.828	3.824	
Modicidade Eletrobrás – aporte CDE					2.067	-	
Subsidio Baixa Renda		<u>'</u>			1.056	708	
Encargos de conexão de agentes de geração					394	329	



Renda da prestação de serviço	512	270
Serviço taxado	179	180
Arrendamento e aluguéis	2.000	1.130
CVA ativa/passiva e demais passivos regulatórios	(1.827)	10.294
Fornecimento diferimento ou devoluções	1.267	(353)
Outras receitas	193	990
Outras receitas operacionais	9.669	17.372
Total da receita operacional bruta	113.341	126.782
Deduções da receita operacional		
ICMS	(20.015)	(28.584)
PIS	(1.429)	(966)
COFINS	(6.573)	(4.448)
ISS	(63)	(36)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(10.881)	(7.245)
Programa de P&D e eficiência energética	(671)	(698)
Bandeira tarifária	-	(8.652)
Taxa de fiscalização	(110)	(108)
Total deduções da receita operacional	(39.742)	(50.738)
Receita operacional líquida	73.600	76.044

^{*}crescimento de mercado de 2,66% no ano

Aportes CDE - As subvenções recebidas via aporte CDE, referem-se à compensação de descontos concedidos e despesas já incorridas com a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato às distribuidoras.

NOTA 34 - ENCARGOS SETORIAIS

Componentes	2022	2021
Conta de desenvolvimento energético – CDE	10.881	7.245
Taxa de fiscalização – ANEEL	110	108
Pesquisa e desenvolvimento tecnológico	671	703
Proinfa	1.792	1.164
Bandeira tarifária	-	8.652
Total	13.454	17.872

NOTA 35 – ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA

A partir de 01/08/2017 a CHESP deixou de ser suprida pela Companhia Energética de Goiás - CELG-D passou a comprar energia da COPEL Geração e Transmissão S/A. Como consequência de estar operando diretamente no mercado, passou a receber de forma direta a energia compulsória das seguintes fontes: Itaipu, Eletronuclear, Cotas de Garantias Físicas. Por questões contratuais a COPEL fornece a energia complementar para propiciar o atendimento a totalidade do mercado da CHESP.

Componentes	MV	Vh	Reais mil		
	2022	2021	2022	2021	
COPEL Geração e Transmissão S/A	70.982	70.632	13.008	11.761	
Cotas de Garantias Físicas / Recontabilização	36.370	35.084	6.466	13.962	
Eletrobrás – Cotas demanda Itaipu	24.850	26.109	7.234	9.111	
Eletronuclear – Cotas de energia nuclear - Angra	4.644	4.976	1.588	1.145	
Programa Incentivo às Fontes Alternativas Energia Elétrica –	2.915	3.026	1.792	1.164	
PROINFA					
CCEAR-C	276	239	57	35	
(-) Créditos de Tributos recuperáveis	-	-	(2.466)	-	
Encargos de conexão, transmissão e distribuição	-	-	8.471	14.341	
(-) Créditos de Tributos recuperáveis	-	-	(725)	-	
Energia microgeração	-	-	4.782	2.348	
Total	140.037	140.066	42.184	53.867	



NOTA 36 - GASTOS DIVERSOS

Componentes	2022	2021
Taxa arrecadação	330	282
Transgressões DIC/FIC/DMIC	97	143
Tributos	207	305
Mensalidades associativas	17	16
Custeio conselho de consumidores	47	21
Consumo próprio energia elétrica	166	163
Indenizações por perdas e danos	1	44
Outras	15	15
Total	880	989

NOTA 37 – OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

Componentes	2022	2021
Ganhos na alienação de bens e direitos	49	284
Perdas na desativação de bens e direitos	(198)	(219)
Total	(149)	65

NOTA 38 - RECEITAS/DESPESAS FINANCEIRAS

Receitas Financeiras	2022	2021
Var Monet e Acréscimo moratório energia vendida	1.350	1.286
Renda de aplicação financeira	1.586	510
Juros de parcelamentos	76	70
Atualização de ativos regulatórios	626	179
Variação monetária energia Itaipu	-	141
Outras receitas financeiras	4	13
(-) Tributos sobre receitas financeiras	(169)	(102)
Total	3.473	2.097

Despesas Financeiras	2022	2021
Variação monetária energia Itaipu	-	268
Encargos carta de fiança	110	61
Encargos das dívidas de curto prazo – juros/ioc/iof	59	223
Encargos das dívidas de curto prazo – empréstimos e financiamentos	422	477
Multas sobre impostos e contribuições sociais	19	5
Variação monetária de passivos regulatórios	225	26
Outras despesas financeiras	23	14
Total	858	1.074
RESULTADO	2.615	1.023

Os encargos financeiros, distribuídos por macroatividades, estão apropriados no resultado e parcialmente no imobilizado em curso em conformidade com a Instrução Contábil 6.3.19 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e a Instrução CVM nº 193, de 11 de julho de 1996. Para efeitos de apresentação das demonstrações financeiras, os custos dos empréstimos estão sendo apresentados como ativos imobilizados, conforme orientação do Despacho ANEEL nº 4.097 de 30 de dezembro de 2010, que não recepcionou a aplicação do ICPC 01.

NOTA 39 - SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de 01 Transformador de Força de 07/10 MVA, 03 Transformadores e 03 religadores automáticos;

Seguradora	Risco	Vigência	Importância Segurada	Prêmio
Bradesco seguros	Proposta: (29680133/30671936/31109127)	28/02/22 a 13/10/23	1.126	26



NOTA 40 – ASPECTOS REGULATÓRIOS

I) Reajuste Tarifário Anual – RTA - 2022

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboraram seus pleitos, com base em fórmulas definidas nos contratos de concessão, onde consideram-se custos não gerenciáveis (parcela A), custos gerenciáveis (parcela B), a variação do IGP-M, ajustado pelo fator X.

Por meio Resolução Homologatória nº 3.137, de 16 de novembro de 2022, a ANEEL aprovou o reajuste tarifário anual da CHESP em 8,18% (oito virgula dezoito por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora, para o período de 22 de novembro de 2022 a 21 de novembro de 2023, assim composto:

Encargos setoriais	5,67%
Custos de transmissão	1,06%
Custos de aquisição de energia	2,63%
Variação da parcela "B"	1,97%
Receitas irrecuperáveis	-0,02%
Efeitos financeiros processo atual	3,70%
Efeito retirada financeiros processo anterior	-0,90%
Efeito médio a ser percebido pelos consumidores sem aplicação da Lei nº 14.299	14,10%
Efeito subvenção Lei nº 14.299	-5,92%
Efeito médio a ser percebido pelos consumidores após aplicação da Lei nº 14.299	8,18%

Reajuste	Encargos	Custos	Custos	Parcela	Efeitos	Efeito	Efeito médio
		de	de		financeiros	retirada	percebidos
Tarifário	Setoriais	Transmi	aquisição	"B"		financeiros	pelos
		ssão	de		processo	processo	consumidores
de 2022			energia		atual	anterior	
	5,67%	1,06%	2,63%	1,97%	3,70%	-0,90%	8,18%

Do efeito médio deste processo tarifário, a variação dos custos de Parcela A contribuiu com 9,33%, enquanto a variação de custos da Parcela B foi responsável por 1,97%, conforme mostrado na tabela acima.

Componentes dos financeiros do processo atual

Componentes Financeiros	Valor (R\$)	Participação
CVA em processamento - Energia	(1.431.466,76)	-1,98%
CVA em processamento - Transporte	744.302,94	1,03%
CVA em processamento - Encargos Setoriais	4.180.461,42	5,78%
Saldo a Compensar CVA-Ano Anterior + Ajustes	350.540,45	0,48%
Neutralidade de Parcela A- Energia	34.020,26	0,05%
Neutralidade de Parcela A - Transporte	(78.640,35)	-0,11%
Neutralidade de Parcela A - Encargos Setoriais	257.771,06	0,36%
Neutralidade de Parcela A - Receita Irrecuperável	(3.749,32)	-0,01%
Sobrecontratação/exposição de energia	95.897,55	0,13%
Previsão do Risco Hidrológico	2.889.998,59	4,00%
Reversão do Risco Hidrológico	(2.753.486,98)	-3,81%
Neutralidade Crédito de PIS/COFINS	(24.089,39)	-0,03%
Custo Distribuidora - Spread Conta Covid - Art. 4º, REN 952/2021	(77.225,04)	-0,11%
Empréstimo Conta Escassez Hídrica	(904.136,74)	-1,25%
Reversão Financeiro de bandeira escassez hídrica	2.843.280,05	3,93%
Crédito de PIS/COFINS	(3.451.717,11)	-4,77%
Total	2.671.760,64	3,70%

II) Eventos Significativos

Contribuíram para um reajuste menor na revisão tarifária de 2022, os componentes financeiros negativos abaixo:

- a) Diferimento associado à recuperação de PIS/COFINS (4,77%)
- b) Aplicação da Lei 14299/22 subvenção econômica (5,92%)



III) Revisão Tarifária Periódica - RTP

A revisão tarifária periódica ocorre a cada cinco anos e tem por objetivo restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A próxima data-base de revisão tarifária da companhia é novembro de 2026. Neste processo, a Aneel procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão.

NOTA 41 – BAIXA RENDA

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu novos critérios para classificação de unidades consumidoras na subclasse residencial baixa renda, conforme Resoluções ANEEL nº 246 de 30 de abril de 2002 e nº 485 de 29 de agosto de 2002. Com a aplicação dos novos critérios, a Companhia apurou a Diferença Mensal de Receita homologada pela ANEEL, conforme demonstrado a seguir:

Diferença mensal de receita										2022	2021			
Mês>>	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	Total
Reais	72	74	76	89	94	88	90	88	92	96	101	96	1.056	708

Esses valores foram contabilizados pelo regime de competência. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2022 se apresenta no valor de R\$ 197 (2021 - R\$ 134).

NOTA 42 – OUTROS ASPECTOS REGULATÓRIOS

I) Universalização

A CHESP está totalmente universalizada em sua área urbana e rural e fornece energia a 39.301 unidades consumidoras, sendo 30.683 da classe residencial, 4.599 da classe rural, 3.407 da classe comercial e 612 das demais classes.

II) Programa PROINFA

A Lei 10.438/2002, por meio de seu Artigo 3º, instituiu o Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, com o objetivo de aumentar a participação da energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa, no Sistema Elétrico Interligado Nacional. Os custos concernentes à aquisição de energia gerada pelo PROINFA, incorridos pela Eletrobrás, inclusive administrativos, financeiros e tributários, serão rateados por todas as classes de consumidores, exceto os de baixa renda, cujo consumo seja igual ou inferior a 80kWh/mês. Cabe aos agentes do SIN que comercializam energia para o consumidor final e/ou recolham tarifas de uso do sistema de transmissão - TUST ou distribuição – TUSD, relativos a consumidores livres, o recolhimento à Eletrobrás, para crédito do PROINFA, do valor da cota anual em duodécimos fixados pela ANEEL. Os procedimentos para rateio dos custos desse programa constam no Decreto 5.125/04.

III) Bônus redução voluntária

Por meio da Resolução nº 2 de 31/08/2021, foi instituído o Programa de Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para as unidades consumidores do Sistema Interligado Nacional. A CHESP efetuou o cálculo deste bônus em 31/12/21, e apurou o montante de R\$ mil 1.049 que foi pago nos meses de janeiro e fevereiro de 2022. No total de 10.468 consumidores obtiveram direito ao recebimento do bônus.

IV) Bandeiras Tarifárias

Foi criada pelo Decreto nº 8.401/2015 e tem como finalidade administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela ANEEL. Os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelas distribuidoras são revertidos à Conta Bandeiras e os recursos disponíveis na Conta são repassados aos agentes de distribuição, considerados os valores realizados dos custos de geração por fonte termelétrica e de exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo, e a cobertura tarifária vigente.

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE é responsável pela criação e manutenção da Conta Bandeiras, cuja regulamentação foi realizada pela ANEEL por meio do Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET. Em 31 de agosto de 2021, o Governo Federal determinou a ANEEL, por meio da Resolução CREG nº 3/21, a implantação da Bandeira Escassez Hídrica a ser aplicada aos clientes cativos exceto os clientes Baixa Renda. A Bandeira Escassez Hídrica possui vigência de setembro de 2021 a abril de 2022, e durante este período, a tarifa será acrescida de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos;



No exercício de 2022 a Companhia faturou aos seus consumidores o montante de R\$ 5,243 milhões (bandeira escassez) de Bandeira Tarifária. Deste montante, após homologação pela ANEEL, R\$ 827 mil foram repassados pela CHESP para a CCEE, R\$ 275 mil foram repassados pela CCEE para a CHESP e, R\$ 4,691 milhões foram considerados no reajuste tarifário de 2022 como **Conta de compensação de variação de custos da parcela "A"- CVAenergia,** (nota 21);

Ceres-GO, 31 de dezembro de 2022

COMPANHIA HIDROELÉTRICA SÃO PATRÍCIO - CHESP

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maria Cristina de Pina Martin
Presidente

Patrícia de Pina Martin Conselheira

Rauflin Gonçalves de Souza Conselheiro

Antônio Luiz de Pina Neto Conselheiro Rodolfo de Podestá Martin Conselheiro

DIRETORIA

Ricardo de Pina Martin Diretor Presidente Carolina de Podestá Martin Santana Diretora Administrativo-Financeira

Rauflin Gonçalves de Souza Diretor Técnico-Comercial

Vanderlei da Costa Contabilista CRC/GO Nº007250/O-2 CPF 167.147.171-72



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

COMPANHIA HIDROELÉTRICA SÃO PATRÍCIO - CHESP

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia Hidroelétrica São Patrício - CHESP, que compreendem ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) por meio do Despacho 2.904, de 17 de setembro de 2021.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidencia de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa dois (2) às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

A companhia elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitido pelo International Accounting Standards Board (Iasb), sobre o qual foi emitido relatório de auditoria independente separado, com data de 21 de março de 2023.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras regulatórias, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está de forma relevante, consistente com as demonstrações financeiras e com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Administração, somos requeridos a comunicar esse fato que há distorção relevante no Relatório da Administração. Não temos nada a relatar a este respeito.

$Responsabilidade\ da\ administração\ pelas\ demonstrações\ contábeis\ regulatórias$

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 18 de abril de 2023.



Antônio César da SIlva Contador - Mestre em Controladoria CRC-RS 043890-O-9 CVM AD 17.59 Registro 12840